

A Educação de Jovens e Adultos como Transformação Social

*Luzivania Galdino Santos Alves*¹
*Aparecida Luvizotto Medina Martins Arruda*²

Resumo

Este trabalho teve por objetivo abordar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como transformação social na vida daquelas pessoas que não tiveram a oportunidade de estudar ou, por motivo maior, tiveram que abandonar os estudos na idade própria. Foram pesquisados os motivos que levaram as pessoas a desistirem de estudar e por que retornaram às salas de aulas muito tempo depois, destacando a especialidade dos alunos das turmas da EJA que, em sua maioria, são trabalhadores e pessoas que já possuem uma experiência de vida. Discute também as ideias sobre como o professor pode e deve atuar em sala de aula dessa modalidade, contribuindo para o acesso, permanência e sucesso desses respectivos alunos. Muitos vão à procura dos estudos por motivo de conquistar um emprego melhor, outros por motivos de se sociabilizar melhor, e por vários outros motivos. Mostramos, também, que o retorno para a escola na terceira idade é possível, e que para os mais jovens os estudos abrirá as portas para o mundo do trabalho, mostrando que o indivíduo alfabetizado tem valor na sociedade, e que a escola, como um ambiente de aprendizagem, tem o poder de transformar o indivíduo e torná-lo um cidadão crítico, democrático e participativo. Tratou-se de uma pesquisa bibliográfica que teve por base os estudos de teóricos que construíram suas obras sobre este assunto, e de um relato de uma estudante da EJA, para obter informações sobre um caso real de alguém que retomou a sua formação escolar.

Abstract

This study aimed to address the Education of Youth and Adults (EJA) as social transformation in the lives of those who have not had the opportunity to study or, for greater reason, had to leave school at the proper age. We surveyed the reasons why people give up studying and who returned to the classrooms long after, highlighting the specialty of the students in the classes of the EJA, in their majority, are workers and people who already have an experience of life. It also discusses the ideas about how the teacher can and must act in the classroom this mode, contributing to the access, retention and success of their students. Many studies go looking for reasons to gain a better job, for reasons

¹ Licenciada em Pedagogia pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de São Roque, 2013.

² Mestre em Educação pela UNISO/SP; Especialização em Gestão Escolar pela UNICAMP e Didática do Ensino Superior pela UNINOVE; Pedagoga e Pós-Graduada em Supervisão Escolar, Direito Educacional e Gestão Escolar. Professora da FAC São Roque.

other than to socialize better, and for several other reasons. We also show that the return to school in old age is possible, and for the younger studies open the door to the world of work, showing that the literate individual has value in society, and that the school as a learning environment, has the power to transform the individual and make it a critical citizen, democratic and participatory. It was a literature search which was based on studies theorists who built his works on this subject, and a report of a student EJA, for information on a real case of someone who resumed his education.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Aprendizagem. Transformação social.

Keywords: Education for Youth and Adults. Learning. Social transformation.

INTRODUÇÃO

É importante lembrar que tudo o que fazemos na vida tem uma intenção. Com relação à educação escolar não é diferente. A intencionalidade que temos vai ao encontro de uma concepção crítica de educação e de leitura do mundo. Muitos de nós conhecemos a realidade daqueles que não tiveram acesso à escola na idade adequada, ou que nunca puderam ler e escrever, assim como já vimos o sorriso de muita gente ao aprender a escrita do próprio nome. Portanto, ao realizar este trabalho, não vamos tratar de um conteúdo estranho à nossa trajetória de vida.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é, antes de tudo, uma modalidade de ensino que nos possibilita pensar o próprio grupo social com o qual vivemos e perguntar quais são os motivos que levaram as pessoas, seja da nossa comunidade ou de outras localidades, a dar continuidade ou desistir dos estudos?

Nessa perspectiva, cabe ao educador a responsabilidade de investigar em relação à sociedade e às pessoas que nela vivem, os saberes de cada educando, procurando valorizar a cultura, o jeito de ser e até mesmo o silêncio de cada um. É importante que nós, profissionais da educação, saibamos valorizar, sem preconceitos, os conteúdos do mundo, da vida trazidos pelos alunos.

Como diz a professora Magda Soares (1998):

...um adulto pode ser analfabeto, porque marginalizado social e economicamente, mas, se vive em um meio em que a leitura e a escrita têm presença forte, se se interessa em ouvir a leitura de jornais feita por um alfabetizado, se recebe cartas que outros leem para ele, se dita cartas para que um alfabetizado as escreva, ..., se pede a alguém

que lhe leia avisos ou indicações afixados em algum lugar, esse analfabeto é, de certa forma, letrado, porque faz uso da escrita, envolve-se em práticas sociais de leitura e de escrita. (p. 24)

É comum nas escolas o aluno receber rótulos por parte dos professores: “ grupo dos mais quietos”, “grupo dos mais bagunceiros”, “grupo dos desinteressados”, “grupo dos que atrapalham a aula”, “alunos com dificuldades” etc.... mas, mal sabemos e colocamos em prática, que a diferença cultural e social marcam a sala de aula, e esta como um lugar de relações humanas, pode ser um ambiente propício para a expressão das desigualdades e singularidades das experiências de vida (comuns e diferentes) que cada aluno possui. No caso dos adultos, muitos deles são pessoas migrantes, que vieram de outros estados, que possuem na sua bagagem cultural conhecimentos do mundo e da vida social. Portanto, cabe ao profissional crítico a tarefa de explorar tais conhecimentos e buscar relações entre eles e aqueles necessários ao aprendizado escolar.

De todo modo, o não estar em pé de igualdade no interior de uma sociedade predominantemente grafocêntrica, onde o código escrito ocupa posição privilegiada revela-se como problemática a ser enfrentada. Sendo leitura e escrita bens relevantes, de valor prático e simbólico, o não acesso a graus elevados de letramento é particularmente danoso para a conquista de uma cidadania plena. Desse modo, a função reparadora da EJA, no limite, significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano. Desta negação, evidente na história brasileira, resulta uma perda: o acesso a um bem real, social e simbolicamente importante. (PARECER CNE/CEB 11/2000, p. 7)

O presente trabalho foi estruturado em quatro capítulos, sendo que no primeiro - A História da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, abordamos sobre a origem da EJA, que surgiu do alto índice de alunos fora da escola, que por inúmeros motivos tiveram que abandonar os estudos por um período de tempo, retornando aos estudos um pouco mais tarde e fora da idade própria, ainda neste primeiro capítulo, vamos abordar também, as leis que regem e estabelecem, o direito de qualquer indivíduo de estudar e concluir a educação básica gratuitamente. Em segundo lugar, trataremos da Educação de Jovens e Adultos como transformação social, onde veremos a conquista de vida social e participativa que as pessoas obtiveram após serem alfabetizadas. Em terceiro lugar, um relato de uma jovem adulta

participante da EJA, a qual foi vitoriosa em conquistar uma vida melhor, quando conseguiu concluir os estudos nos níveis gratuitos. E por último, faremos as considerações finais, apontando que este tema trará grandes contribuições para a alfabetização de jovens e adultos como uma verdadeira transformação de vida.

1 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

1.1 CONCEITO

A história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil é recente. Ela teve origem, principalmente, por causa dos jovens que foram obrigados a parar de estudar na idade certa, para poder trabalhar e ajudar os pais na renda familiar.

Como diz a professora Soares:

...um adulto pode ser analfabeto, porque marginalizado social e economicamente, mas, se vive em um meio em que a leitura e a escrita têm presença forte, se se interessa em ouvir a leitura de jornais feita por um alfabetizado, se recebe cartas que outros leem para ele, se dita cartas para que um alfabetizado as escreva,..., se pede a alguém que lhe leia avisos ou indicações afixados em algum lugar, esse analfabeto é, de certa forma, letrado, porque faz uso da escrita, envolve-se em práticas sociais de leitura e de escrita. (1998, p. 24)

Esta dimensão sociocultural do letramento é reforçada pela professora Leda Tfouni:

O letramento, por sua vez, focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição da escrita. Entre outros casos, procura estudar e descrever o que ocorre nas sociedades quando adotam um sistema de escritura de maneira restrita ou generalizada; procura ainda saber quais práticas psicossociais substituem as práticas "letradas" em sociedades ágrafas. (PARECER CNE/CEB 11/2000, 9)

Na época do Brasil Colônia a referência à população adulta era apenas de educação para a doutrina religiosa, focando muito mais a religião do que a educação.

Segundo José Bento da Cunha Figueiredo (CUNHA 1999), no ano de 1876 foi feita uma pesquisa, onde se constatou que cerca de 200 mil alunos frequentam aulas noturnas. Até então as escolas noturnas eram a única forma de educação de adultos no Brasil. Com o desenvolvimento industrial, no século XX, começa um processo lento, porém continuado, da Educação de Jovens e Adultos.

Em 1940, começou a se descobrir altos índices de analfabetismo, o que gerou a criação de um fundo, pelo governo, destinado à alfabetização da população adulta.

Em 1945, foi criada a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura) e esta, por sua vez, fez solicitação aos países (entre eles o Brasil) de se empenharem para educar os adultos. Como consequência dessa solicitação, em 1947, o governo trouxe a primeira campanha da Educação de Jovens e Adultos, que se tratava de um estudo rápido, onde os alunos eram capacitados em poucos meses. Tudo isso ocorreu com muita rapidez, pois o analfabetismo era visto como causa e não como efeito do escasso desenvolvimento brasileiro, além de tudo, o adulto analfabeto era identificado como um elemento incapaz de aprender e marginal socialmente.

Segundo Soares (1996), esse investimento na Educação de Jovens e Adultos foi feito por várias razões: a) como solução para problemas da sociedade, b) o alfabetizador como missionário, c) o analfabeto visto como causa da pobreza, d) o entendimento que o ensino de adultos como uma tarefa fácil, e) a não necessidade de uma formação específica para o mercado de trabalho, f) como uma melhoria para o país, que era muito preconceituoso, em relação ao adulto analfabeto etc. Porém essa primeira campanha não teve tanto sucesso quanto se esperava.

Paulo Freire (1921-1997), educador brasileiro, procurou solucionar o problema do analfabetismo, colocando uma ponte entre o educador e o educando. Outra visão foi surgindo sobre o problema do analfabetismo, com a consolidação de uma nova pedagogia de alfabetização de adultos, desenvolvida por Paulo Freire, que permitiu um novo entendimento entre o problema educacional e o problema social, pois o analfabetismo, que antes era apontado como causa da pobreza e da marginalização, passou a ser então, interpretado como efeito da pobreza gerada por uma estrutura social não igualitária. Na concepção de Paulo Freire, educação é diferente de alfabetização; alfabetização é o domínio de técnicas para ler e escrever e tornar o homem íntimo das letras e educar é preparar o ser humano para a sociedade, fazê-lo se conscientizar dos seus direitos e torná-lo um cidadão crítico e democrático.

“Na verdade, para que a afirmação “quem sabe, ensina a quem não sabe” se recupere de seu caráter autoritário, é preciso que quem sabe saiba, sobretudo, que ninguém sabe tudo e que ninguém tudo ignora”. (FREIRE, 2009, pág. 27)

O educador é considerado um sujeito portador de grandes saberes, e considerando isso, é possível passar para o aluno todo seu conhecimento na intenção de transformar o educando em um jovem culto.

Na década de 60, foi aprovado o Plano Nacional de Alfabetização, orientado pela proposta conscientizadora de Paulo Freire, cujo principal objetivo poderia ser resumido numa única frase: “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”, que ficou conhecido como o “método Paulo Freire”.

Paulo Freire trabalhava de um modo diferenciado, usando a realidade da vida do aluno como um portador de texto. Em círculos de conversas tirava conteúdo para uma aula inteira, discutia vários assuntos dos quais geravam momentos educativos e proveitosos, em meios dessas conversas saíam palavras que por serem diferentes “estranhas” produziam um estudo melhor de seu significado, e assim por diante. Nesse método, desenvolvido por Paulo Freire, além da palavra geradora, também eram utilizadas ilustrações, cartazes, imagens ou mesmo slides, para melhor acompanhamento e aprendizado na alfabetização.

Com o golpe militar de 1964, os programas educacionais para adultos sofreram ameaças e foram proibidos de serem realizados. O governo só permitiu a prática dessas atividades se ele assumisse o controle delas, e quando isso aconteceu, em 1967, ele lançou o Mobral - Movimento Brasileiro de Alfabetização. O Mobral constituiu-se como uma organização autônoma em relação ao Ministério da Educação, contando com um valor mínimo de recursos, sua metodologia e material didático eram muito simples, uma alfabetização a partir de palavras chaves retirada da vida simples do povo (mesma metodologia utilizada por Paulo Freire), e dali em diante eram instruídos e incentivados a formar frases, mesmo que ao final delas ficassem um pouco sem sentido, mas o que permanecia era a vontade de aprender.

Durante toda a década de 70 o Mobral foi se expandindo por todo o território nacional diversificando sua atuação, uma iniciativa muito importante derivada do Mobral foi o PEI – Programa de Educação Integrada, que oferecia oportunidade de continuidade de estudos para aqueles que acabaram de serem alfabetizados e também para aqueles que mal dominavam a leitura e a escrita.

Mesmo trazendo todo esse benefício ao público jovem e adulto, o Mobral, desacreditado pelo meio político e educacional, foi extinto em 1985, seu lugar foi ocupado pela Fundação Educar, que abriu mão de executar diretamente os programas, para apoiar

financeira e tecnicamente as iniciativas do governo, de entidades civis e empresas a ela conveniadas.

As propostas pedagógicas para a alfabetização começam a incorporar a convicção de que não é necessário nem recomendável montar uma língua artificial para ensinar a ler e escrever, os adultos analfabetos podem escrever enunciados significativos baseados em seus conhecimentos da língua, ainda que, no início, não produzam uma escrita convencional. (FERREIRO, 1983 p. 31)

É com essa produção básica de textos que o educador deverá trabalhar, ajudando o aprendiz a analisar e produzir novos textos. Com o passar do tempo o aluno começa a ter um pouco mais de intimidade com as letras e os números e isso dá liberdade, ao professor, de oferecer ao educando textos mais complexos, como revistas, embalagens e outros, para o avanço do próprio aluno. Em relação ao ensino de matemática, há jovens capazes de fazer cálculos bastante complexos, mesmo que não saibam como representá-los, por escrito, nem mesmo explicar como chegaram ao resultado final, mas isso é justificado pelo ensino informal que eles possuem - o conhecimento adquirido no decorrer do cotidiano da vida.

1.2 LEGISLAÇÃO

Uma das mais importantes conquistas da sociedade brasileira, na área educacional, foi o reconhecimento dos direitos dos jovens e adultos ao Ensino Fundamental e Médio públicos e gratuitos, não frequentados na idade própria.

Do Brasil e de suas presumidas identidades muito já se disse. São bastante conhecidas as imagens ou modelos do país cujos conceitos operatórios de análise se baseiam em pares opostos e duais: “Dois Brasis”, “oficial e real”, “Casa Grande e Senzala”, “o tradicional e o moderno”, capital e interior, urbano e rural, cosmopolita e provinciano, litoral e sertão assim como os respectivos “tipos” que os habitariam e os constituiriam. A esta tipificação em pares opostos, por vezes incompleta ou equivocada, não seria fora de propósito acrescentar outros ligados à esfera do acesso e domínio da leitura e escrita que ainda descrevem uma linha divisória entre brasileiros: alfabetizados/analfabetos, letrados/iletrados. Muitos continuam não tendo acesso à escrita e leitura, mesmo minimamente; outros têm iniciação de tal modo precária nestes recursos, que são mesmo incapazes de fazer uso rotineiro e funcional da escrita e da leitura no dia a dia. Além disso, pode-se dizer que o acesso a formas de

expressão e de linguagem baseadas na microeletrônica são indispensáveis para uma cidadania contemporânea e até mesmo para o mercado de trabalho. No universo composto pelos que dispuserem ou não deste acesso, que supõe ele mesmo a habilidade de leitura e escrita (ainda não universalizadas), um novo divisor entre cidadãos pode estar em curso. (PARECER CNE/CEB 11/2000)

Segundo a Constituição Federal de 1988, para solucionar isso, há duas possibilidades de atendimento aos jovens e adultos: pela educação escolar regular ou por meio de cursos e exames supletivos.

A oferta da EJA deve ser organizada de forma a contemplar as características, necessidades e disponibilidades dos educandos, até mesmo daqueles que forem trabalhadores. Ressalta-se que não exige a necessidade do cumprimento das quatro horas diárias no ensino noturno, facultando que se estenda o ano letivo para o cumprimento das 800 (oitocentas) horas mínimas anuais, exatamente visando proporcionar atendimento diferenciado e qualificado, além de adequado às peculiaridades do público alvo.

Mas a função reparadora deve ser vista, ao mesmo tempo, como uma oportunidade concreta de presença de jovens e adultos na escola e uma alternativa viável em função das especificidades socioculturais destes segmentos para os quais se espera uma efetiva atuação das políticas sociais. É por isso que a EJA necessita ser pensada como um modelo pedagógico próprio a fim de criar situações pedagógicas e satisfazer necessidades de aprendizagem de jovens e adultos. (PARECER CNE/CEB 11/2000, 9)

Para se garantir a qualidade da Educação de Jovens e Adultos, recomenda-se a observância das Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA, (Parecer CNE/CEB nº 11/00 e Resolução CNE/CEB nº 01/00) e das normas complementares dos respectivos sistemas de ensino, bem como a adequação das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), sobre a matéria aos planos decenais de estados e municípios.

As referidas metas versam principalmente sobre atendimento educacional e sua diversificação, sistema de supervisão e avaliação e articulação da EJA com outras políticas, especialmente as de formação profissional, emprego e ação cultural.

Como já dizia a Comissão Internacional sobre a educação para o século XXI, o chamado Relatório Jacques Delors para a UNESCO:

Uma educação permanente, realmente dirigida às necessidades das sociedades modernas não pode continuar a definir-se em relação a um período particular da vida - educação de adultos, por oposição à dos jovens, por exemplo - ou a uma finalidade demasiado circunscrita - a formação profissional, distinta da formação geral. Doravante, temos de aprender durante toda a vida e uns saberes penetram e enriquecem os outros. (1996, p. 89)

Em 1988, com a Constituição Federal, e seu art. 208, “o dever do Estado com a educação será efetivado a garantia de ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria”, ficou registrada a garantia de ensino.

O artigo 212, da Constituição Federal diz que: “A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito e os Estados, o Distrito Federal e os municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino”.

No artigo 60, das Disposições Transitórias consta: “Nos dez primeiros anos da promulgação da Constituição, o Poder Público desenvolverá esforços, com a mobilização de todos os setores organizados da sociedade e com a aplicação de, pelo menos, cinquenta por cento dos recursos a que se refere o art. 212, da CF, para eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental”.

Em dezembro de 1996, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei Federal Nº 9.394, onde nos art.s 37 e 38 dispõe sobre a educação de jovens e adultos:

Art. 37. A educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram o acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

Na oferta de cursos e exames supletivos aos jovens e adultos, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), reduziu a idade mínima para a prestação de exames no nível de conclusão de Ensino Fundamental de 18 (dezoito) para 15 (quinze) anos. Quanto aos cursos supletivos, os sistemas de ensino poderão oferecer cursos livres de preparação aos exames ou cursos com avaliação no processo e certificação. Já os exames de supletivos poderão ser oferecidos pelo

Poder Público ou por instituições privadas, desde que autorizadas pelo órgão próprio do respectivo sistema.

2 A ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Soares (1998) esclarece: “...alfabetizado nomeia aquele que apenas aprendeu a ler e escrever, não aquele que adquiriu o estado ou a condição de quem se apropriou da leitura e da escrita”. (p. 19)

A mesma autora diz:

Letramento é, pois, o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita... (SOARES, 1998, p. 18) Assim ...não basta apenas saber ler e escrever, é preciso também saber fazer uso do ler e do escrever, saber responder às exigências de leitura e de escrita que a sociedade faz continuamente... (SOARES, 1998, p. 20)

2.1 INFLUÊNCIAS

Segundo Paulo Freire, um ponto muito importante que é, ou deve ser sempre, uma característica de um bom educador, é o reconhecimento de saber que nenhum de nós é único no mundo, e sim que, embora sejamos um ser individual, precisamos uns dos outros. Devemos reconhecer isso, enquanto educadores. Não importa se com alunos alfabetizando ou universitários, ou mesmo se membros de uma assembleia popular, eles têm o direito de falar e cabe a nós, educadores, o dever de escutá-los, assim como também o direito de nós falarmos e eles nos escutarem, isso é uma troca, uma combinação entre o educador e o educando, o educador que não enxerga a vez do aluno preserva uma estrutura autoritária.

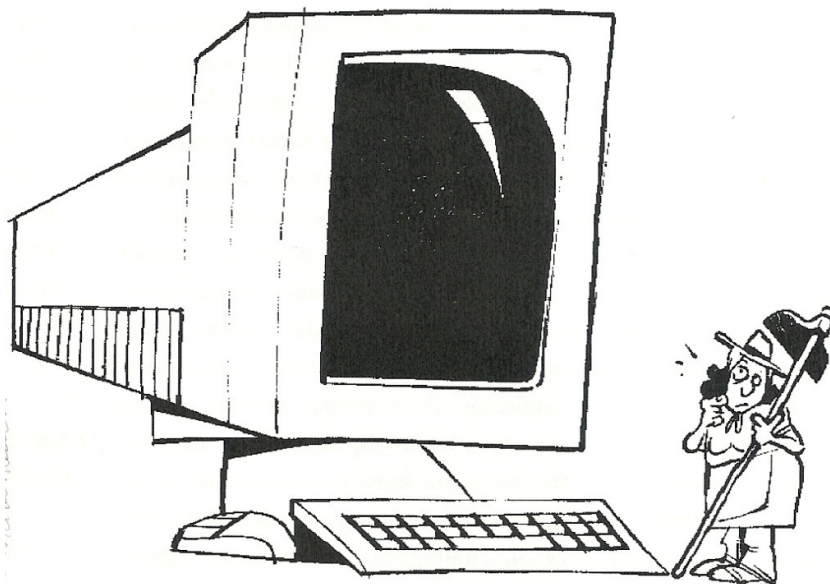
Quando falamos de transformação, falamos em deixar para trás tudo aquilo que não nos serve mais, admitir que ser alfabetizado transforma uma pessoa, é a mais pura verdade, pois enquanto, por exemplo, um jovem adulto só sabia carpir, plantar e colher no roçado, hoje ele se encontra com plena capacidade de dominar as páginas de um livro, o que é uma alegria para o brasileiro.

Por falta de conhecimento das letras e dos números, os analfabetos mais velhos não conseguiam nem ao menos fazer as compras de mantimentos para casa, se não fossem

acompanhados por alguém de confiança que soubesse ver os preços dos produtos, pagar no caixa e conferir o troco, porque corriam o risco de serem roubados e nem perceberem. Com o passar do tempo, tudo isso foi mudando, as coisas evoluíram e foram se modernizando, aqueles jovens que trabalhavam no campo foram se mudando para as cidades à procura de emprego, mas a falta dos estudos, era impedimento para arrumar vaga de emprego em qualquer função que fosse, pois em qualquer uma delas lhes eram exigido o mínimo de leitura, então a procura de vagas, nas escolas, para o ensino noturno começou a surgir. A partir daí começou a transformação na vida social das pessoas, elas observaram que o grau de escolaridade, além de ser uma necessidade, passou a ser algo prazeroso e que lhes traria muitos benefícios, como a descoberta de novas amizades, a alegria de saber se expressar em público, a capacidade de administrar seu próprio dinheiro e o aumento de sua autoestima, por isso a alfabetização de jovens e adultos é um ato transformador.

Famílias que vivem em situações econômicas precárias enfrentam grandes dificuldades para manter os adolescentes na escola, o difícil acesso à escola também é um fator que contribui para isso, mas alguns ainda alimentam a esperança de continuar os estudos para conquistar uma vida melhor.

Figura 1 – O trabalhador rural e a tecnologia



Fonte: RIBEIRO, 1997, p. 37

No mundo moderno, a tecnologia tem alcançado seu espaço a cada dia, esse é um dos fatores aos quais todos nós, não somente os trabalhadores rurais de raiz (trabalhadores que nasceram, cresceram e vivem no roçado até os dias de hoje), estão sentindo a necessidade de acompanhar essa tecnologia para não ficar sem trabalhar, pois a produtividade do campo tem diminuído bastante por causa do próprio clima seco, sem chuva. Além disso, os grandes produtores de alimentos que abastecem o mercado e chegam até ao consumidor precisam de pessoas qualificadas para operar os maquinários que são usados no cultivo dos produtos, tecnologia essa que vai desde a administração até a colheita, sem contar com a parte da preparação até chegar ao ponto de consumir.

Sem dúvida, trabalhadores com uma formação mais ampla, com mais iniciativas e mais capacidades de resolver problemas e aprender continuamente têm mais condições de trabalhar com eficiência e negociar sua participação na distribuição das riquezas produzidas no País. Para que um cidadão possa participar politicamente de uma sociedade complexa, como a nossa, é preciso ter conhecimento a um conjunto de informações e o domínio da cultura letrada “que é o conhecimento das informações adquiridas na escola” (RIBEIRO,1997, p. 39), exige-se ainda que as pessoas assumam valores e atitudes democráticos: a consciência de direitos e deveres, a disposição para a participação de debates e ideias e o reconhecimento que as pessoas têm posições e opiniões diferentes da sua.

É preciso ter em mente, que a democracia não se acaba ali no momento da eleição de representantes para cuidar do País, nos poderes Executivo e Legislativo, ela deve também ter maior participação e responsabilidade em todas as dimensões da vida pública.

Para ter acesso a muitos benefícios da sociedade moderna, é necessário ter o domínio da cultura letrada, saber se locomover de uma cidade para outra usando o transporte coletivo ou particular, tirar os documentos, fazer uso do mercado consumidor e também usufruir dos lazeres que a vida nos proporciona, como os parques, os clubes, o cinema etc. Tudo isso faz parte da vida e, para viver num mundo que sofre transformações tão rápidas, é preciso se atualizar constantemente.

Atualmente as crianças e os pais convivem com meios de comunicação modernos, tanto para apoiar os filhos na escola, como para cuidar da saúde deles e de sua própria saúde, para fazer o planejamento familiar, e estar informado do mundo globalizado.

Vemos, portanto, que pessoas pouco letradas, embora possuam muitos conhecimentos válidos e úteis, são excluídas de muitas outras possibilidades que a nossa cultura oferece, e a partir daí, muitas vezes, elas próprias interpretam essa desvantagem como incapacidade, essa

falta de conhecimento escolar marca profundamente as pessoas, pela imagem que fazem de si mesmas e pela imagem com que a sociedade as vê, é por isso que muitas delas, mesmo tendo tantas responsabilidades no trabalho e em casa, decidem estudar.

A imagem que os educandos têm da escola tem muito a ver com a imagem que têm de si mesmo dentro delas, experiências passadas de fracasso e exclusão normalmente produzem nos jovens e adultos uma autoestima negativa, que pode se traduzir em timidez, insegurança, bloqueios, e nos mais jovens, é comum que a baixa autoestima se expresse pela indisciplina e a autoafirmação negativa: “se eu não posso ser reconhecido por minhas qualidades, serei reconhecido por meus defeitos” (RIBEIRO,1997 p. 43), porém em qualquer dos casos é fundamental que o educador ajude os alunos a reconstruírem sua imagem da escola, das aprendizagens e de si mesmos.

2.2 O INDIVÍDUO ALFABETIZADO

Existem atualmente programas organizados pelo Ministério da Educação (MEC), por governos Estaduais e Municipais, empresas privadas e por outras organizações da sociedade civil, que apoiam o combate do analfabetismo, como por exemplo:

- Programa Brasil Alfabetizado: iniciado pelo MEC em 2003, que destina recursos para as organizações da sociedade, órgãos públicos estaduais e municipais e Instituições de ensino superior para desenvolverem seus projetos de alfabetização.
- Programa Mova: implementado e financiado por governos municipais e estaduais em parcerias com as organizações das sociedades. As organizações parceiras se responsabilizam pelos desenvolvimentos das ações de alfabetização, enquanto os órgãos públicos prestam auxílio financeiro e promovem a formação dos educadores.
- Programa Alfabetização Solidária: empreendido pelo governo federal, dirigido aos Municípios e regiões com índice elevado de analfabetos, unido em parcerias com universidades públicas e privadas que atuam na formação e no acompanhamento das ações.

Sabemos que para alcançar o sucesso desses jovens e adultos, é preciso garantir a oportunidade de continuidade de estudos em níveis de estudos mais elevados, ou mesmo em programas que possibilitem a continuação de conhecimento ao longo da vida. Não podemos esquecer também que esses jovens trazem consigo culturas e bagagens que fazem parte de sua vida, pensando nisso o educador deve aproveitar tudo o que o aluno traz, transformando esse conteúdo em conhecimentos e informações para o próprio aluno.

Nunca paramos para pensar, onde está o fracasso escolar dessas pessoas? Não é muito fácil responder essa pergunta, mas vamos entender melhor essa questão. O fracasso escolar tem sido objeto de estudo, tanto na área de educação, como na de psicologia, apontando como causas uma diversidade de fatores, ligados ao lado psicológico do aluno, à forma como ele interage com o ambiente escolar, o modo como ele estabelece as relações entre o que sabe e o que aprende, seu relacionamento com os professores e com os colegas, suas relações com os familiares, os vínculos que constrói com o conhecimento, a desigualdade econômica e social, porém, o que sabe ao certo, é que o fracasso escolar constrói uma barreira, onde o aluno se enrosca e custa a sair. Na verdade na maioria dos casos, essa barreira torna-se tão forte que resulta no abandono da escola por muitos de nossos jovens. Quando conseguem retornar às salas de aula, ficam extremamente medrosos de vivenciar outro fracasso escolar.

Vamos agora tentar entender como seria possível evitar que esse fracasso ocorra, se fizermos uma retrospectiva em nossa memória da escola em que estudamos, vamos lembrar tanto das coisas boas quanto das coisas ruins, e veremos que o que ficou gravado não foram somente os conteúdos, mas também os marcantes professores, isso nos ajuda a compreender que o professor exerce um papel extremamente importante e de responsabilidade, tanto pelo sucesso quanto pelo fracasso escolar de qualquer um de seus alunos.

Para ilustrar, veremos a seguir o caso de uma aluna:

Foi nesse tempo assim tumultuado que conheci a professora Terezinha, da qual eu nunca me esqueci e acho que nunca vou esquecer. Quando um aluno escrevia alguma coisa errada, por exemplo, ela falava bem alto para todos escutarem. E como costuma ser, todas as crianças começavam a rir do erro cometido por alguém. Ela adorava por de castigo o aluno que não fazia a lição de casa. Colocava-o de pé na frente da classe. Gostava também de dar uma de toda poderosa, dizendo com voz firme:

- Vou comprar uma cartilha para você aprender a escrever. Eu vou conversar com sua mãe para ela colocar você no primário de novo!!!
(SOUZA, 2007, p. 32)

O comportamento dessa aluna, piora a cada dia, a representação que o aluno faz da escola e de seu desempenho na cultura escolar são construídas não somente dentro da própria escola, mas também no âmbito da família e das relações sociais, através de expectativas próprias e de expectativas de outros pais, colegas, professores que nele são depositados.

Muitas vezes os alunos com dificuldades são tratados preconceituosamente pelos professores, pelos pais e pelos colegas, de “burro”, “preguiçosos”, “deficientes”, “lentos” etc. Estas palavras são destruidoras e marcam profundamente, causando efeitos devastadores na autoestima do sujeito. Sabemos que o sucesso escolar produz autoestima e um grande afeto de segurança no aluno, enquanto o fracasso causa grandes estragos na relação consigo mesmo.

O comportamento de indiferença que o aluno diz ter, muitas vezes continua com ele por muito tempo e, quando retorna à escola, o faz com atitudes de indisciplina e agressividade. Com os mais velhos, estas marcas se desenvolvem por atitudes de extrema timidez, demonstram vergonha de perguntar ou mesmo de responder, tem nervosismo exagerado nos momentos de avaliações ou então se mostram agitados, muitos não conseguem nem olhar nos olhos do professor.

O papel do professor é determinante para evitar essas situações e um novo fracasso escolar. Cabe ao professor abrir um novo caminho para o aluno trilhar e diminuir esse sentimento de insegurança e valorizar os saberes que ele traz consigo para dentro da escola, o reconhecimento da existência de uma sabedoria que o sujeito adquire por suas experiências de vida ou por uma bagagem cultural ou por suas habilidades profissionais, contribui para que ele resgate uma autoimagem positiva e fortaleça sua autoconfiança.

O bom acolhimento e a valorização do aluno pelo professor, possibilitam a abertura de um canal de aprendizagem com maiores garantias de sucesso, porque parte dos conhecimentos que os educandos já possuem promove novos conhecimentos, onde os saberes vividos se unem com os saberes escolares.

Os alunos da EJA, em sua maioria, são trabalhadores, e muitas vezes, a experiência com o trabalho começou em suas vidas muito cedo. Nas cidades, seus pais saíam para trabalhar e muitos deles já eram responsáveis, ainda crianças, pelo cuidado da casa e dos irmãos mais novos. Outras vezes, acompanhavam seus pais no trabalho, realizando pequenas tarefas para ajudá-los. É muito comum nos centros urbanos estes alunos fazerem diversos serviços, cuja renda completa o ganho da família, como: guardar carros, distribuir panfletos, auxiliar nos serviços de construção civil, fazer entregas, cuidar de crianças, entre outros.

Nas regiões rurais, os trabalhos começam ainda mais cedo: cuidar da terra, das plantações, da criação de animais e nos serviços caseiros. Muitas vezes, acompanhando os pais e irmãos mais velhos, é comum encontrar um grande número de crianças e jovens já mergulhados no trabalho. Nessas regiões, os horários, os períodos de colheitas, de chuva e de seca marcam a vida cotidiana dessas pessoas, tudo isso junto às grandes distâncias da escola.

Se cada região de nosso país tem suas particularidades, todas as salas de EJA se unificam em torno deste fato: a grande maioria dos alunos são trabalhadores que chegam para as aulas depois de um dia intenso de trabalho, é claro, que estas mesmas salas apresentam um numero significativo de pessoas que não trabalham, mas sempre que pensamos em EJA, temos que considerar que contamos com mulheres e homens trabalhadores. Vale notar, diante disso, que em todas as regiões do país, o trabalho é apontado como motivo para ter deixado a escola, sendo também o mesmo motivo para voltar para à escola, visando melhorar de posição no mercado de trabalho.

2.3 A ESCOLA COMO UM AMBIENTE DE APRENDIZAGEM

O conhecimento ocupa uma parte muito importante do trabalho desenvolvido pela escola, o encontro entre os alunos e os professores e o diálogo que eles constroem são de suma importância para conhecer um ao outro, até porque a escola é o segundo ambiente de convívio para o aluno.

Fazer, descobrir, criar, relacionar e refletir são ações que movem a produção de conhecimentos. Em nossa sociedade moderna, que sofre tantas modificações rápidas e transformadoras na área do saber e do fazer, aprender a aprender é indispensável. Por isso vale a pena pensarmos com mais vigor sobre o que os alunos sabem e o que eles não sabem a respeito da escrita e da leitura.

Geralmente os perfis dos alunos da EJA mostram, como já abordamos anteriormente, que quase todos já possuem uma experiência com o mundo da escrita, porque já passaram pela escola, ou por causa dos filhos que frequentam a escola ou porque o seu próprio trabalho se encarregou de ensiná-lo, e vivendo num mundo letrado os jovens e adultos alfabetizados têm certo conhecimento do uso da escrita.

Um adulto pode ser analfabeto, porque marginalizado socialmente e economicamente, mas, se vive em um meio que a leitura e a escrita têm uma presença forte, se ele se interessa em ouvir a leitura de jornais feita por um alfabetizado, se recebe cartas que os outros leem para ele, se dita cartas para que um alfabetizado as escreva, se pede a alguém que lhe leia avisos ou indicações afixados em algum lugar, esse analfabeto é, de certa forma, letrado, porque faz uso da escrita, envolve-se em praticas sociais de leitura e de escrita. (SOARES, 1998, p. 13)

Então, na verdade, o título analfabeto não significa que a pessoa não sabe de nada, existem graus de analfabetismo diferentes, cada pessoa vai usando sua capacidade de pensar a partir do que percebe no ambiente em que vive, e sobre o que já aprendeu vai construindo uma combinação de saberes e de capacidades, desta forma não há um grupo homogêneo quanto ao domínio da leitura e da escrita. É importante ter em destaque a ideia de que cada um constrói seus próprios conhecimentos sobre a escrita ou sobre qualquer outro conteúdo, de acordo com o ambiente que tem contato, a partir da interação com o meio, da sua capacidade de reflexão e de elaboração, movido, muitas vezes, pela necessidade de compreender, pelo interesse despertado ou por situações de uso e de contato. O domínio de um conhecimento não pode ser tratado, então, como uma competência individual e nem é possível falar de estruturas de pensamentos superiores ou inferiores, melhores ou piores. As diferenças entre um e outro saber são apenas culturais.

2.4 OS ALUNOS DA EJA NO MUNDO DO TRABALHO

Muitas vezes pensamos que entre saber um determinado assunto e não saber, não existe nenhum intervalo, mas as coisas não são bem assim, existem estágios intermediários, por este motivo, o fato de uma pessoa não saber ler e escrever não significa que ela seja totalmente destituída de conhecimentos sobre a escrita. Muitas coisas do que pretendemos ensinar na escola tem relação direta com o que fazem nossos alunos em seu cotidiano escolar, então por esse motivo é importante estabelecermos estas relações.

Muitos alunos dizem estar de volta à escola para poder arrumar um emprego, conseguir um trabalho melhor e crescer na profissão. Sabemos que nos centros urbanos e no âmbito do trabalho formal, a escolarização básica requerida é a conclusão do ensino médio. Ao preencher uma ficha atestando a não escolaridade, muitas pessoas são excluídas de entrevistas ou da realização de seleção. O mundo do trabalho se caracteriza pela diversidade de atividades e vínculos, nossos alunos da EJA, são muitas vezes pessoas que administram sua sobrevivência econômica: fazem “bicos”, são autônomos, circulam por diferentes profissões, como auxiliares ou ajudantes de pintura, construção civil, serviços domésticos, venda ambulante etc. Possuir um certificado escolar ou profissionalizante não significa ter uma garantia de trabalho, haja vista a quantidade de profissionais que já são formados numa determinada área e atuam em outra.

Pode ser interessante pensar sobre as habilidades que a escola pode ajudar a desenvolver e que contribuam para uma atuação mais eficiente nesse universo diversificado e competitivo que é o mundo do trabalho. Não queremos dizer com isso, que a escola deve tomar para si a responsabilidade da preparação do trabalhador, nem deixar a responsabilidade da conquista de um emprego melhor nas mãos do aluno, mas é muito bom que haja uma parceria entre o aluno e a escola, cada um fazendo o que lhes é possível para que essa conquista seja alcançada.

O que queremos pensar é justamente nas formas da escola potencializar essa competência que os jovens e adultos já desenvolve em sua vida cotidiana de administrar suas finanças e sua sobrevivência. Comunicar-se de forma correta, com clareza, com ordenação de ideias, conhecer as diferentes formas de trabalho, dominar os caminhos possíveis para a obtenção de emprego, ir à procura de agências, preparar um currículo, ver nas construções de pequenas fábricas uma vaga de emprego ou na abertura de um novo comércio em sua região, conhecer em sua cidade ou cidade próxima onde tenha escola técnica que proporcione cursos de eletricidade, pintura, computação, confecção e tantos outros cursos, são saberes possíveis de serem aprendidos na escola. Ela funcionaria como um espaço de conhecimento ligado ao mundo do trabalho.

“Vale a pena destacar, que outras motivações levam os alunos jovens e adultos para a escola. Uma delas é ser valorizada, a conquista de um direito, a sensação de capacidade e dignidade que traz satisfação pessoal”. (SOUZA, 2007, p.40).

É a partir daí que outros trabalhos são feitos pelos professores nesse mesmo sentido de ajudar os educandos, com a intenção de saber melhor o que eles já conhecem em relação à língua escrita quando chegam na escola para cursar a alfabetização. As concepções de escrita desenvolvidas por estes adultos guardam semelhanças e diferenças com a desenvolvida pelas crianças também não alfabetizadas. Um exemplo disso é o fato de quando o professor solicita algo a um educando, e ele apresenta resistência naquilo que lhe foi pedido, por exemplo, pedir que ele escreva um enunciado a partir dos conhecimentos que possui do sistema de escrita, e isto porque compreende a função da língua escrita, o que acontece menos com as crianças. Veja a seguir a fala de um aluno:

—“Só vou escrever depois de saber escrever bem, porque não vou ficar jogando letra fora. Escrever pros outros não lê, eu não quero! Se eu sei que tá errado, não tem graça ficar experimentando!” (SOUZA, 2007, p. 65)

Porém existem aquelas exceções, vamos ver mais algumas falas. Agora uma pergunta sobre o diz os rótulos das mercadorias.

— “Na lata de leite está escrito o nome de tudo que usaram para fazer o leite, como a gente faz para o pó virar leite, e tem o nome da fábrica que fez o leite em pó, e tem o dia que eles fizeram, e tem uns riscos que são o preço”. (SOUZA, 2007, p. 73)

Outra aluna falou a respeito de uma conta de luz:

— “A conta de luz tem na escrita dela o endereço da casa onde a luz está acesa. Tem o preço do que tem que pagar. Tem o dia que a pessoa vai precisar ir pagar. Tem a quantidade de luz que ela gastou. Tem o nome do dono ou a dona da casa que gastou a luz. Ia me esquecendo, tem também o endereço do banco para a pessoa ir pagar”. (SOUZA, 2007, p. 90)

Então é possível calcular que se fosse para falar em relação ao que aparece escrito num bilhete de cinema as respostas provavelmente seriam outras, talvez nem tivesse saído alguma resposta. Essas pessoas não sabem ler nem escrever, mas podem imaginar o que contém um rótulo de uma lata de leite em pó ou numa conta de luz, porque têm conhecimento da função social da escrita.

Os adultos distinguem com facilidade os desenhos das escritas, sabem que para escrever é necessário usar as letras, e sabem também claramente distinguir as letras dos números, utilizam o calculo mental com desenvoltura, para eles, os números servem para serem falados, contados e calculados.

A maioria também estabelece uma ligação entre o que se fala e o que se escreve, há um numero maior de jovens e adultos com escrita alfabética nas cidades onde as exigências do mundo do trabalho já levaram muitos deles a um início de processo de alfabetização, mesmo que seja com a ajuda de um vizinho, parente ou amigo.

3 RELATO DE UMA ESTUDANTE DA EJA

Maria (M. S. L. M.) é uma jovem de 32 anos, que se declara casada. A entrevista foi realizada em sua residência. Quando a conheci, pensei que estava entrevistando uma mulher mais velha. Fiquei surpresa ao saber a sua idade. Com voz suave e simples, Maria começou a narrar sua trajetória, contando-me os motivos que a fizeram abandonar a vida escolar e a ela retornar após 12 anos. De família humilde, ela morava em um sítio, no interior de São Paulo, Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 5 – nº 1 - 2014

com seus pais e suas cinco irmãs, até aproximadamente os 12 anos de idade. Ela guarda boas recordações de quando cursava a quarta série do primeiro segmento do ensino fundamental. Segundo ela, os professores eram bons e compreendiam as dificuldades de aprendizagem que ela e suas irmãs enfrentavam e a falta de apoio de seus pais. Estes, por sua vez, não possuíam qualquer grau de escolaridade, eram analfabetos. Ela tinha grande dificuldade em aprender. A família era pobre, os pais eram analfabetos, e ela não tinha quem a ensinasse, só tinha a escola pra aprender.

O abandono escolar foi ocasionado por fatos contrários à sua vontade. Ela narra que seu pai, certo dia, no sítio onde desempenhava a função de caseiro, sofreu um acidente, em consequência do qual veio a falecer, deixando a família em uma situação muito difícil, pois era o único que sustentava a família.

Com a perda do meu pai, a nossa vida mudou bastante, porque a moça queria o sítio, porque não tinha mais quem trabalhasse. Então, a gente teve que sair do sítio e fomos morar na Lagoinha, que era a cidade onde minha avó morava, e eu tive que trabalhar na casa de família pra ter a minha roupa, meu calçado, minhas coisas.

Em decorrência de sua morte, a dona do sítio solicitou que sua mãe deixasse a casa juntamente com as filhas, porque a permanência da família não fazia mais sentido sem o vínculo de emprego. Devido a esses acontecimentos, Maria abandonou a escola, pois precisou ajudar sua família, tanto no plano emocional quanto no financeiro, por ser a filha mais velha.

Tive boas recordações da escola. Os professores eram bons, a professora sempre entendia a nossa dificuldade de estudar. Ela me ajudou muito, tanto, que não queria que eu parasse. Pediu para que eu voltasse a estudar em outra escola, mas eu não pude voltar, porque foi uma dificuldade muito grande com a perda do meu pai.

Diante de tal situação, sem ter para onde ir, a mãe de Maria decidiu entregar as filhas para outras pessoas cuidarem. Suas duas irmãs mais novas foram doadas para uma família desconhecida. Sua irmã Roberta foi morar com a família do cunhado de sua mãe. Diana e Maria, as filhas mais velhas, foram, juntamente com sua mãe, hospedar-se na casa de sua avó adotiva, no município de Águas de São Pedro. Até hoje Maria não tem contato com suas irmãs e sente falta desse vínculo familiar, guardando apenas recordações da época em que

eram mais novas e uma mágoa em relação à sua mãe, devido ao sofrimento que passou na época em que suas irmãs foram doadas.

Eu tinha, acho, que 12 pra 13 anos naquela época. Minha mãe tinha problema de bronquite crônica, ela não tinha condições de trabalhar e ficar com as minhas irmãs, porque ela recebia um salário só, que era um salário mínimo pelo INSS e ela sustentava cinco filhas; por isso que ela teve que dar as minhas irmãs, não tinha quem ajudasse a gente.

Depois que foi morar com a avó adotiva, Maria não teve mais oportunidade de estudar, tendo de arranjar um emprego em casa de família para ajudar na renda mensal de sua nova casa e para atender às suas necessidades básicas:

“Eu acordava seis horas da manhã e começava a fazer o meu serviço, que era varrer a casa, passar pano, lavar o banheiro, colocava a roupa na máquina e também ficava fazendo os serviços que ela não fazia durante o dia”.

Diante dessa nova situação, o trabalho passou a ser, para Maria, a única alternativa para atender às suas necessidades, enquanto enfrentava a dura realidade de não receber a assistência que necessitava e desejava de sua mãe. Depois de um ano morando com sua avó e trabalhando em casa de família, Maria conheceu o homem, que hoje é seu marido. Ele veio do Espírito Santo, onde morava com seus pais, mudou-se para São Paulo, em busca de trabalho, indo morar na casa de uma irmã. Segundo Maria, seu companheiro, na época, trabalhava como repositor em um supermercado, arrumando e descarregando mercadorias, permanecendo nesse serviço por 15 anos. Quando conheceu seu companheiro, ele tinha 24 anos de idade e possuía o ensino fundamental incompleto, pois também havia abandonado a escola na adolescência. Com menos de um ano de namoro, Maria decidiu morar com ele, na casa da irmã dele, localizada no mesmo bairro em que sua avó residia. Segundo Maria, sua mãe não se importou quando ela tomou a decisão de ir morar com o rapaz, mesmo tendo apenas 14 anos de idade. Percebe-se que aquele relacionamento simbolizava, para ela, o desejo de ser assistida e de ter alguém a seu lado. Representava, também, uma nova fase a ser conquistada e o alcance de uma segurança diante da falta de estrutura familiar.

Essa situação é reforçada quando Maria relata que encontrou no relacionamento um apoio que não recebia de sua mãe. Nota-se, em sua história, que a sua transição para a vida adulta a direcionou para um amadurecimento precoce e um aumento de suas responsabilidades na fase em que ela estava experimentando a juventude. A relação

Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 5 – nº 1 - 2014

matrimonial, para alguns jovens, demonstra ser um fato totalmente decisivo de transição para a vida adulta, ao assegurar-lhes uma autonomia pessoal que não era possível quando residia com os pais. No caso de Maria, isso pode ser percebido quando ela retoma o processo de escolarização após um período de vida conjugal, com projetos de vida definidos, com o intuito de conseguir mobilidade social. Os suportes afetivos e materiais representados por seu companheiro possibilitaram que essa jovem retornasse à trajetória de escolarização e ampliasse seu campo de autonomia frente a sua família.

Depois de certo tempo, essa jovem engravidou, entretanto, o filho deles nasceu com necessidades especiais, devido a uma doença de origem genética.

“Eu engravidei do meu filho; ele nasceu especial e com uma doença rara, e, então, não pude mais pensar em estudar; a minha vida era dedicada a ele”.

Esses acontecimentos contribuíram para que Maria negasse, mais uma vez, seu retorno à vida escolar, pois seu filho necessitava de cuidados especiais e de atenção redobrada. Com o passar do tempo, a doença se agravou, apesar de todo o tratamento a que havia sido submetido. Ao completar oito anos de idade, ele faleceu, devido a complicações decorrentes da doença.

Nesse momento da entrevista, ao recordar a morte do filho, os olhos de Maria, já estavam cheio de lágrimas, transparecia a tristeza que ela sentia. Por mais que aceitasse a perda do filho, as lembranças dele continuavam presentes. Desde o nascimento ela sabia, segundo o prognóstico do médico, que seu filho não viveria muito tempo, por isso buscou aproveitar todos os momentos ao lado dele, abrindo mão de seus projetos de vida. Após aproximadamente um ano da morte do filho, essa jovem retornou aos estudos, incentivada por seu companheiro e amigos da igreja evangélica que ela frequenta.

Quando decidi voltar, o meu marido e as senhoras da igreja me deram maior força, o pastor também, quando soube que eu estava estudando, falou: “É, irmã Maria estuda porque a maioria das pessoas tem voltado depois de muito tempo, param e retornam depois de velhas, e elas têm conseguido um futuro melhor para suas vidas”. Eles têm me incentivado muito a voltar a estudar.

Outro fator importante que contribuiu para o seu retorno escolar foi a dificuldade encontrada em seu dia a dia para se comunicar com as pessoas. Ela sentia vergonha de falar, por não saber pronunciar as palavras corretamente.

Quando eu tinha o Daniel, eu falava que queria estudar tanto, mas eu não tinha condições por causa dele. Eu queria voltar estudar também, porque eu não sabia falar direito; eu tinha vergonha de falar errado; eu queria melhorar a minha fala e minha vida.

Após o retorno escolar, Maria também voltou a trabalhar em casa de família para ajudar na renda familiar, pois seu marido havia sido despedido do trabalho no supermercado. Ela relata que nunca teve oportunidade de participar de algum curso profissionalizante. Portanto, o único trabalho que conseguiu foi o de empregada doméstica, no qual trabalha três vezes por semana, recebendo, por mês, um salário mínimo. Quanto às atividades realizadas em momentos de lazer ou em seu tempo disponível, Maria relata que não tem costume de passear nem possui hábitos culturais, como ir a cinema, museu, teatros ou outras atividades.

Eu e meu marido, a gente só sai pra lancha ou pra ir à casa da minha irmã e na igreja. Tem uma senhora lá da igreja, bem mais velha, que falou que não era pra mim deixar de estudar, porque, hoje em dia, tudo que ela conseguiu foi através do estudo. Essa irmã tem me dado muita força, porque ela também conseguiu fazer o curso de enfermagem.

No caso de Maria, a igreja a ajudou a perceber o sentido da escola para a sua vida.

“O meu projeto para o futuro? Eu vou falar do meu filho de novo, porque através dele que me motivo a estudar. Eu quero, quando terminar a escola, fazer um curso para ser enfermeira; eu gosto muito desta área por causa dele”.

Quando perguntada sobre as dificuldades de continuar estudando na EJA, ela responde que não tem encontrado dificuldade de relacionamento com os professores nem com os colegas de classe, pois a turma é muito unida e divertida. O único problema que ela identifica é o cansaço, devido à conciliação escola-trabalho.

“Eu estou achando muito bom estudar; eu estou aprendendo; posso me considerar, hoje, feliz, por ter conseguido chegar até aqui; por isso, não vou desistir”!

3.1 BREVE COMENTÁRIO

Ao analisar os motivos do abandono escolar dessa jovem, percebi a existência de múltiplos fatores que dificultaram a permanência na escola, que estão além da questão de se inserir no mercado de trabalho. Nesta entrevista o falecimento do pai aparece como principal

responsável por seu abandono escolar. No entanto, o retorno escolar está inteiramente relacionado aos sentidos que essa jovem atribui ao seu processo de escolarização. Essa jovem vivencia a situação presente na EJA como a possibilidade de prosseguir os estudos, a fim de alcançar a realização pessoal e profissional. Isso se evidencia quando ela narra que os motivos que a levam permanecer na EJA se relaciona aos seus projetos futuros. As suas narrativas enfatizam a EJA como meio de reconstruir sua vida frente às situações que ocasionaram a interrupção escolar. Um espaço para ampliar suas potencialidades, para se sentirem reconhecidos e acolhidos pelos laços de sociabilidade ali estabelecidos.

Entretanto, apesar da jovem contemplar a EJA como um lugar de recomeço, foi possível constatar a existência de múltiplos fatores ao longo dessa trajetória escolar que acabam motivando e dificultando a permanência nessa modalidade de ensino. Portanto, é preciso persistir para que se desenvolva, na EJA, uma prática educativa que reconheça os jovens enquanto sujeitos de experiência, o que demanda dos professores uma postura de escuta, de reais interlocutores das narrativas de seus alunos, valorizando as experiências deles e seus saberes adquiridos na “escola da vida”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse por este tema surgiu da intenção de mostrar a transformação que a alfabetização faz na vida de alguém. Ao abordar esse assunto quisemos enfatizar a relevância dessa modalidade educativa, em especial à dimensão social de um indivíduo e para sua melhoria de vida no cotidiano, pois pessoas que não sabem ler e escrever, nem ao menos o básico, sofrem muito e se tornam, a cada dia, mais dependentes dos outros.

É importante também ter em vista o valor que a escola pode ter para esses jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de estudar mais cedo. A mera aquisição de conhecimentos ou essas conquistas intelectuais a que nos referimos, ao avaliar sua passagem por programas de educação fundamental, como objetivo a conquista que diz respeito à sua autoimagem e à sua sociabilidade “agora eu me sinto mais seguro, não tenho vergonha de falar”, “a escola era o lugar onde eu podia encontrar amigos e conversar, na escola a gente aprende a conviver com gente diferente”. (RIBEIRO, 1997, p. 45).

Acredita-se que este tema trará uma grande contribuição acadêmica, pois procuramos mostrar que todos têm o direito de serem alfabetizados, mas também de ser um cidadão participante social e democraticamente.

Nesta ordem de raciocínio, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea. (PARECER CNE/CEB 11/2000, p.5)

Levando em conta tudo o que apresentamos neste trabalho, vemos que a alfabetização dos alunos da EJA não é apenas o reconhecimento e o domínio das letras e das palavras, mas a transformação da vida das pessoas, até mesmo porque faz bem para os nossos sentimentos nos sentir importantes.

Este trabalho de conclusão de curso, nos fez enxergar como a EJA tem importância na vida do aluno e do professor, possibilitou também adquirirmos conhecimentos e aprendizados que nos acompanharão durante toda a carreira de professores. Queremos dizer que este trabalho contribuiu muito para que pudéssemos entender mais sobre a vida das pessoas não alfabetizadas, colocando-nos no lugar de uma dessas pessoas, se não soubéssemos ler e escrever, o mundo seria totalmente escuro.

Portanto, definimos este trabalho como um passo na nossa caminhada como professores, que acreditamos no futuro daqueles que buscam alcançar seus objetivos e construir seus próprios caminhos.

Referências

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/con1988_05.10.1988/con1988.pdf>. Acesso em: 13 abr 2013.

_____. **Lei Federal Nº 10.172/2001**, que aprova Plano Nacional de Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 27 abr 2013.

_____. **Lei Federal Nº 9394/96**, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Disponível em: <<http://portal.mec.gov/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 27 abr 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Conselho Nacional da Educação. **Parecer CNE/CEB n° 11/00**, que trata sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. e. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proeja_parecer11_2000.pdf>. Acesso em: 27 abr 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Conselho Nacional da Educação. **Resolução CNE/CEB n° 01/00**, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf> >. Acesso em: 27 abr 2013.

CUNHA, Conceição Maria da. **Introdução** – discutindo conceitos básicos. In: SEED-ME - Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos. Brasília, 1999.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. São Paulo: Ed. Cortez, 2009.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão (coordenação). **Educação de jovens e adultos** - Proposta curricular para o 1º segmento do ensino fundamental. São Paulo: Ed. Ação Educativa, MEC / Brasília, 1997.

SOARES, Leônicio José Gomes. **A educação de jovens e adultos: momentos históricos e desafios atuais**. Revista Presença Pedagógica, v.2, n°11, Dimensão, set/out 1996.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: CEALE/ Autêntica, 1998.

SOUZA, Maria Antonia. **A educação de jovens e adultos**. Curitiba: Ed. IBPEX, 2007.

UNESCO. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Tradução portuguesa. Rio Tinto: Edições ASA, 1996.

VÓVIO, Cláudia Lemos. **O desafio da alfabetização de jovens e adultos no Brasil**. Pátio revista pedagógica, ED. Artmed, ano VIII, n° 29 fev/abr 2004